A CONDIÇÃO DE CLASSE DOS DOCENTES: UM DEBATE ENTRE A REIFICAÇÃO E A HISTÓRIA

Kenia Miranda – PPGH UFF - Professora do Colégio Pedro II
keniamiranda2006@gmail.com

O presente ensaio situa-se no debate com o estruturalismo marxista sobre a condição de classe docente. Tal filiação teórica afirma que o sindicalismo de classe média, do qual fariam parte os professores, é fundamentado na ideologia meritocrática, ou seja, nos dons e méritos pessoais, ou ainda de uma dada profissão. Segundo esta abordagem os professores integram a classe média e comungam de sua ideologia e forma organizativa de caráter político-ideológico individualista e reformista.

Pretendemos assinalar os limites teóricos desta interpretação. As análises que partem de parâmetros pré-determinados e modelos esquemáticos do real parecem não levar em consideração o processo histórico de formação da classe trabalhadora e as experiências vividas por grupos de trabalhadores no embate da luta de classes.

Seria possível identificar o conjunto da categoria docente como pertencente a uma classe social homogênea? A fragmentação no interior dessa abrangente profissão tem sido levada em consideração pelas pesquisas acadêmicas? Seriam os docentes dos diferentes níveis, modalidades e vínculos empregatícios trabalhadores submetidos ao mesmo grau de subsunção ao capital e ou ao Estado e encontrariam em suas diversas associações coletivas a mesma forma de ação política? Estas são questões que permeiam nossa reflexão.

Entendemos que a categoria docente é heterogênea e flexibilizada. Sendo assim, o conceito de classe média usado anteriormente para explicar, em última instância, a forma específica de atuação política no sindicato, não nos serve como ferramenta de análise.

Se a categoria docente já pertenceu à classe média, gozando de status social, visto como grupo que realiza *potencialmente* trabalho intelectual e/ou de supervisão, na atualidade precisa de uma nova análise e, por conseguinte, uma novo olhar sobre sua condição de classe que considere o seu processo histórico de constituição de classe.

A inserção de classe dos docentes: do local estrutural à relação social

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe.

(MARX E ENGELS:1987)

Tratar da condição de classe dos professores é, simultaneamente, tratar dos conceitos indissociáveis de classe social e de luta de classes. Uma classe social não é uma abstração ou unicamente uma categoria de análise, mas antes, resultado de um processo histórico de luta movido por interesses antagônicos de sujeitos num contexto determinado, como afirmam os autores de *A Ideologia Alemã.*

Portanto, a partir desta perspectiva teórica, analisar a condição de classe dos docentes é analisar a sua inserção na luta de classes.

No entanto, este não tem sido o único caminho seguido pela produção teórica acerca do sindicalismo docente e a inserção de classe dos professores. Para WOOD, "teoricamente, existem apenas duas formas de pensar em classe: como um local estrutural ou como uma relação social" (2003:73). No entanto, a primeira concepção não é exclusividade de correntes externas ao marxismo, "se a segunda concepção é especificamente marxista, a primeira cobre um espectro mais amplo que vai da sociologia clássica até algumas variedades de marxismo" (WOOD, *op.cit*).

É nesta bifurcação teórica e política que está situado nosso debate com a bibliografia marxista sobre o pertencimento de classe dos professores e a sua prática sindical.

Em uma das primeiras passagens do Manifesto Comunista, MARX e ENGELS apontam a centralidade da luta entre as classes na história e os papéis protagonistas da classe que tem sua força de trabalho explorada na produção, o proletariado, e da classe que detém a propriedade dos meios de produção e o seu produto.

> Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX &ENGELS, 1998: 8).

Para os autores de O Manifesto Comunista, estavam, desta forma, demarcadas as classes fundamentais no capitalismo, o motor da história, e a posição relacional das demais classes sociais tais como os camponeses, os pequenos proprietários, que comporiam as classes médias, além do lúpem-proletariado.

Definidas as classes fundamentais como motor da história colocam-se outras questões, tais como, quais são os integrantes destas classes, qual o papel das classes médias no capitalismo e que elementos definem a vinculação a uma determinada classe, bem como as condições específicas das relações sociais adquiridas num dado contexto histórico.

Correntes da tradição marxista divergem sobre a tendência do movimento das classes médias em direção às classes fundamentais e o papel que desempenham na organização da classe trabalhadora, se tal movimento seria invariavelmente determinado, bem como quais características definiram os integrantes desta classe intermediária.

Para efeito deste texto, é no debate sobre as classes médias produzido pelo estruturalismo marxista que devemos focar, pois é neste lugar da estrutura social que se situam os professores. Segundo esses autores os professores enquanto assalariados não-manuais distinguem-se da classe operária.

POULANTZAS (1985) denomina esta classe intermediária que se difere da classe operária como "nova pequena burguesia". Para o autor, os "assalariados não-manuais" que integram esta nova classe não poderiam ter sua inserção de classe analisada a partir de critérios exclusivamente

econômicos e sim de um conjunto de fatores característicos que determinariam uma prática político-ideológica individualista, tais como o caráter improdutivo do trabalho, o controle sobre outros trabalhadores (função de direção) e o exercício de trabalho intelectual, ou seja, tais elementos demarcariam limites ideológicos entre o trabalhador intelectual, ou não-manual e o trabalhador manual. No trabalho do autor destaca-se o conceito restrito de classe operária e o papel da ideologia na delimitação das classes sociais. Talvez o problema central possa ser resumido pela compreensão do autor que as classes *já estão* constituídas ou possuem uma estrutura social global.

No Brasil temos o trabalho de SAES que trata da inserção de classe dos trabalhadores não-manuais a partir do conceito restrito de classe operária de POULANTZAS. SAES (1978), no entanto, discorda do conceito de nova pequena burguesia que unifica a pequena burguesia e os assalariados não-manuais em uma mesma classe. Para SAES há diferenças entre esses segmentos sociais, sendo que a ideologia meritocrática configura-se como ponto de distinção entre os interesses dos assalariados não-manuais dos trabalhadores-manuais -classe operária tradicional- bem como dos interesses dos primeiros com a pequena burguesia.

BOITO (2004) partilha desta última interpretação e baseado na diferenciação entre trabalhadores assalariados manuais e não-manuais, assim define a especificidade do o sindicalismo de classe média:

> é movido por interesses, valores e concepções distintos daqueles que, tipicamente, movem a ação do trabalhador assalariado manual quando esse se organiza sindicalmente. (BOITO, 2004: 3)

Tal filiação teórica afirma que o sindicalismo de classe média, do qual fariam parte os professores é fundamentado na ideologia meritocrática, ou seja, nos dons e méritos pessoais, ou ainda de uma dada profissão. Para o autor,

> tal sindicalismo induz a uma identificação coletiva restrita, fechada no universo da profissão, sendo refratário, por esse motivo, à politização da luta sindical. Cada um desses sindicatos profissionais procura difundir uma imagem dos

> méritos especiais da profissão que representa. (BOITO, 2004: 25)

Como exemplo deste tipo de sindicalismo BOITO recorre ao sindicalismo docente:

> O mérito da profissão é, no mais das vezes, afirmado por oposição ao suposto demérito de outras profissões ou do trabalho manual: a professora, cuja dignidade de fato é negada pelo Estado capitalista, mas que procura afirmá-la protestando por ganhar menos que uma empregada doméstica; o professor que, vitimado pelo mesmo Estado, e com o mesmo objetivo e motivação, compara o seu salário ao do motorista de ônibus ou ao do vendedor ambulante.(BOITO, 2004: 24)

Este é o ponto que nos interessa sobremaneira, pois tem como centro a organização política coletiva deste trabalhador. Segundo esta abordagem os professores integram a classe média e comungam de sua ideologia e forma organizativa de caráter político-ideológico individualista e reformista.

Outro trabalho relevante é o de TRÓPIA (2007) *A inserção de classe dos assalariados não-manuais* que sistematiza o debate e apresenta os limites políticos a que está submetida a classe média, da qual fazem parte os professores na sua organização sindical.

Frente a esta rápida apresentação de trabalhos da corrente estruturalista marxista, podemos observar que se o trabalho fundador de POULANTZAS tem o mérito de não reduzir a análise de classe a economia, parece cair em outro erro tão grave ao materialismo histórico, qual seja, tomar as classes em situação inexorável. No caso de SAES, a ideologia coloca-se como condição originária das especificidades do processo de trabalho, pressuposto do determinismo.

É necessário assinalar os limites teóricos destas interpretações. As análises que partem de parâmetros pré-determinados e modelos esquemáticos do real parecem não levar em consideração o processo histórico de formação da classe trabalhadora e as experiências vividas por grupo de trabalhadores no embate da luta de classes.

A crítica ao economicismo não deve necessariamente significar a definição de uma dada classe social pela predominância da ideologia, da

mesma forma que é inegável a complexidade que as relações sociais adquiriram sob o modo de produção capitalista para termos como ponto de partida e de chegada a separação entre trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais como elemento determinante da inserção de classe. Em outras palavras, a unidade da classe pode se dar mesmo na diversidade do processo de trabalho.

Em A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser, E. P. THOMPSON nos apresenta uma veemente crítica aos equívocos da tradição marxista estruturalista, tais como o a-historicismo e por conseqüência, o determinismo. Portanto, não estamos fazendo uma crítica inaugural a tal corrente marxista, mas debatendo tal concepção frente a análise do sindicalismo docente, através dois movimentos, o primeiro pretende explicitar o caráter estático e classificatório da análise de classe média e, o segundo, trazer elementos de um processo histórico concreto de pesquisa em um sindicato de trabalhadores da educação da Educação Básica cujos resultados apontam em direção divergente à concepção estruturalista.

Este é o foco da critica de THOMPSON:

> Não vejo a classe como uma "estrutura", nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. (1987: 9)

Em outro texto – Algumas observações sobre classe e "falsa consciência"[1] – THOMPSON sistematiza alguns de seus desacordos aos usos do conceito classe social por marxistas e não-marxistas, das quais destacamos sua crítica ao modo idealizado de pensar a classe :

> Os assalariados não se comportam de modo condizente com sua com sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao "estrato médio". Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz *supor* representar em uma resposta a

[1] As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos, 2007.

> um questionário. Mais uma vez, classe como categoria histórica, em seu comportamento través do tempo, resulta excluída.

Seria possível, depois deste debate, identificar o conjunto da categoria docente como pertencente a uma classe social homogênea? A fragmentação no interior dessa abrangente profissão tem sido levada em consideração por quais pesquisas acadêmicas? Seriam os docentes dos diferentes níveis, modalidades e vínculos empregatícios trabalhadores submetidos ao mesmo grau de subsunção ao capital e ou ao Estado e encontrariam em suas diversas associações coletivas a mesma forma de ação política? Quais produções teóricas podem ajudar na compreensão da problemática?

A partir de pesquisa realizada em três diferentes sindicatos docentes do Rio de Janeiro [2] compreendemos a categoria docente como heterogênea e flexibilizada nas suas formas de contratação. Sendo assim, o conceito de classe média usado anteriormente para explicar, em última instância, a forma específica de atuação política no sindicato, não nos serve como ferramenta de análise.

A Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Médio, a Educação Profissional e a Educação Superior, possuem, de fato, aspectos em comum, no entanto, o caráter multifacetado da Educação no Brasil - perceptível facilmente pela inexistência de um sistema nacional de educação - fragmenta concretamente as modalidades e os níveis de ensino, seja nas políticas públicas, no financiamento, na obrigatoriedade, enfim, no lugar social de cada um frente à dualidade estrutural da educação (MANACORDA, 1991). Havendo ainda a cisão fundamental entre o caráter público e o privado da educação, e todas as suas derivações – comunitária, confessional, filantrópica. Todos estes elementos acarretam condições diferentes de trabalho para o professor.

Desta forma, ao tratamos do trabalhador da Educação Básica, que embora possua pontos convergentes com a condição docente em geral, percebemos que ele ocupa um nível mais elevado de exploração se

---

[2] MIRANDA(2005).

comparado, por exemplo, com os trabalhadores da Educação Superior, tanto no que diz respeito a base salarial quanto a jornada de trabalho e as possibilidades de formação.

Os resultados desta pesquisa sobre a condição de trabalho docente na Educação Básica nos aproximaram do referencial teórico de Braverman, na obra "Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX", do qual compartilhamos a compreensão que setores das classes médias tradicionais sofreram um processo de transformação, ocupando um novo lugar social. Ou seja, nos pareceu que um processo análogo pode ter ocorrido com os professores.

No trabalho referido, Braverman (1987), analisa os processos de trabalho dentro do setor de serviços, especialmente o trabalho nos escritórios, apontando que a classe média clássica – em especial os trabalhadores de escritórios - sofreu um processo de proletarização na medida em que foi perdendo suas qualificações e, conseqüentemente, o domínio sobre seu processo de trabalho. O que antes era chamado de classe trabalhadora ou classe operária, dado o nível de alargamento das relações produtivas capitalistas começou a estabelecer grandes similitudes à "velha classe média", uma vez que o capitalismo colocou todos na condição de vendedores da mercadoria força de trabalho:

> As camadas médias do emprego: como a classe trabalhadora, ela não possui qualquer independência econômica ou ocupacional; é empregada pelo capital e afiliados, <u>não possui acesso algum ao processo de trabalho ou meios de produção fora do emprego, e deve renovar seus trabalhos para o capital incessantemente a fim de subsistir</u>. Esta parcela do emprego abrange os engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores da supervisão e gerência, o considerável número dos empregados especializados e "liberais" ocupados em mercadejamento, administração financeira e organizacional e semelhantes, fora da indústria capitalista, em hospitais, escolas, repartições públicas, etc. (1987: 341. Grifos nossos).

Se a categoria docente já pertenceu à classe média, gozando de status social, visto como grupo que realiza *potencialmente* trabalho intelectual e/ou de supervisão, na atualidade precisa de uma nova análise e,

por conseguinte, uma novo olhar sobre sua condição de classe que considere o processo histórico.

A proletarização da categoria como um todo pode ter se dado de forma articulada e simultânea à ascensão individual de cada professor (SILVEIRA 2002: 39). Ou seja, a categoria que foi perdendo o prestígio social ao longo das últimas décadas era formada por uma determinada classe social e as novas gerações que começaram a compor esta categoria têm sua origem, em geral, na classe trabalhadora mais explorada. Além disso, há importantes modificações no seu processo de trabalho que ocorrem de forma desigual e combinada nos diferentes níveis educacionais, mas que são mais aparentes nos níveis mais precarizados de exercício da profissão docente. Isso quer dizer que os professores estão submetidos a relações sociais e econômicas diversas no bojo da sociedade e que temos como referência de análise os professores da Educação Básica.

Nesse sentido, como já foi apontado mais acima, entendemos que professor é o trabalhador que vende sua força de trabalho para uma instituição educacional e que a noção de "classe trabalhadora compreende não somente os trabalhadores ou trabalhadoras manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário"(ANTUNES: 2005: 50).

Tais elementos são elucidativos do processo de proletarização da categoria docente. Não estejamos afirmando que a classe média como um todo se proletarizou, por não entendermos, em primeiro lugar, como um bloco homogêneo esta classe. Apenas estamos apontando que a docência, antes atividade liberal, vem incorporando ao longo das últimas décadas um crescente processo de precarização das condições de trabalho e salário e que os limites que delimitam a classe trabalhadora hoje são mais amplos que na etapa fordista.

Portanto, a moderna classe trabalhadora também inclui os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de

valorização do capital (ANTUNES, 2005:60).

Por compreender que a maioria dos professores integra a classe trabalhadora contemporânea – na complexidade que a fragmentação do mundo do trabalho apresenta – é que retomamos o debate da proletarização das classes médias e do trabalho docente.

Tal debate não é inaugural. Diversos autores, dentre eles ALEXANDRE (1993), APPLE (1995), ARROYO (1980), ENGUITA (1991), HYPÓLITO (1991), SAVIANI (1987) debateram a classificação sociológica da função docente e a natureza deste tipo de trabalho. Há ainda estudos mais recentes sobre a reestruturação do trabalho como o de OLIVEIRA (2004).

Portanto o que nos faz voltar a esta discussão, cujo debate já alcança mais de duas décadas, é a necessidade de compreender o processo de formação dos professores enquanto classe, seus determinantes e os novos elementos que emergiram no decorrer do processo histórico que demonstram o deslocamento do lugar social dos professores ao longo de sua trajetória.

Dentro desta perspectiva, ao tratarmos da condição docente num contexto histórico específico é imprescindível nunca perder de vista a relação entre as transformações materiais e o movimento de constituição da identidade deste trabalhador que tem como ferramenta a educação. Neste sentido, a base empírica destas reflexões foram as experiências do SEPE-RJ, da UPPEs e do SINPRO, sindicatos docentes que formaram meu objeto de pesquisa.

A título de ilustração: O caráter multifacetado dos sindicatos docentes do Rio de Janeiro

Dado o objetivo deste texto trouxemos questões teóricas para o debate formuladas a partir de uma pesquisa realizada em três sindicatos docentes do Rio de Janeiro. No entanto, a fim de dar forma a tal embate teórico apresento rapidamente as três entidades e o seu caráter multifacetado que nos depara com a incapacidade explicativa da teoria estruturalista que homogeneíza os sindicatos docentes a partir de sua posição político-ideológica.

As entidades investigadas que compõem camadas políticas diferenciadas da fragmentada organização docente da educação básica são: o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO) criado nos auspícios da legislação trabalhista; a União dos Professores Públicos do Rio de Janeiro Sindicato (UPPES) que, embora seja oriundo do período democrático, herdou toda a prática dos sindicatos oficiais; e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), fundado na ascensão do Novo Sindicalismo.

A entidade mais antiga é o SINPRO-RIO, fundado em 1931, ainda no governo de Getúlio Vargas. É um sindicato que representa os professores da rede privada de educação em todos os seus níveis. Porém, há também filiados que pertencem exclusivamente à rede pública. Está organizado em onze zonais, possuindo uma sede no centro do Rio de Janeiro e duas subsedes nos bairros da Barra da Tijuca e de Campo Grande, além de algumas representações em outros municípios do estado. Segundo dados do departamento de comunicação, possui cerca de 15 mil filiados - mas nem todos são considerados sócios ativos – o que diminui bastante esse quantitativo. É filiado à CUT. A direção do SINPRO é presidencialista contando com uma diretoria consultiva, que se reveza no poder desde 1978. O Sindicato já realizou greves e manifestações, mas atualmente, tem apostado no caminho da negociação com o sindicato patronal. A formação político-partidária dos sindicalistas converge para uma hegemonia do pensamento desenvolvimentista/nacionalista oriundo do Partido Comunista Brasileiro.

A segunda entidade em tela é a União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato (UPPES), que representa os professores da rede pública estadual. Foi criada em 1945, no período de redemocratização. No campo sindical, esta etapa histórica foi marcada pela criação de novas entidades, o número de sindicalização aumentou e começaram as tentativas de unificação dos trabalhadores, porém, segundo MATTOS (2003: 25), "a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites à própria democracia, foi a estrutura sindical". A UPPES foi justamente um desses herdeiros. A UPPES passou por

transformações na sigla ao longo de sua história sem, porém, significar a incorporação de associados de outras categorias. É organizada sobre uma estrutura presidencialista, comportando uma Diretoria Executiva e seis diretorias regionais. Tem na assistência jurídica e no harmonioso diálogo com os governos suas principais formas de reivindicação. Define-se como uma entidade "apartidária, quanto às ideologias políticas e às crenças religiosas", não sendo filiada a nenhuma central sindical, somando aproximadamente 16 mil filiados.

A Sociedade Estadual dos Professores (SEP), entidade que deu origem ao SEPE, foi fundada no final da década de 1970. As inúmeras mudanças ocorridas na sigla significaram a tentativa de fusão a outras entidades de profissionais da educação. Dessa forma, foi unificando, ao longo de sua história[3], diversos trabalhadores da área educacional além dos professores. Portanto, o SEPE representa os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro e não apenas a categoria docente. A ele podem filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

Informações do Centro de Processamentos de Dados do SEPE-RJ, 2005, demonstram que sua base já ultrapassou 50.000 filiações, das quais 25.923 são da rede estadual, 16.623 da rede municipal do Rio de Janeiro e 11.100 de outras redes municipais do estado. A mesma fonte indica que 60% das filiações são constituídas de docentes. Esses números representam um crescimento de mais de 30% no número de filiações em três anos se comparados aos dados (cerca de 40 mil) de SILVEIRA em 2002.

O SEPE é o sindicato mais combativo dos três, aposta nas mobilizações de massa, muitos de seus quadros têm formação política partidária, sua direção é colegiada. O SEPE desfiliou-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2005 e filiou-se à Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), estando organizada em uma direção estadual com sede no centro do Rio de Janeiro, nove núcleos regionais e 43 núcleos municipais.

---

[3] Ver SILVEIRA (2002).

Grosso modo é possível notar que há diferenças substantivas na construção das entidades apresentadas acima, a pesquisa realizada mostrou experiências diversas construídas pelos trabalhadores da educação básica do Rio de Janeiro.

Conclusão

Embora não tenha sido possível apresentar o desenvolvimento da pesquisa realizada, é possível trazer algumas conclusões a partir da conjugação entre o caminho teórico e o empírico no esforço de compreender a complexidade do objeto de estudos.

A inserção de classe dos professores dependerá, necessariamente, das relações sociais as quais estão submetidos. Da mesma forma, a reflexão realizada nos indica que as teorias que impõem um comportamento esperado a uma determinada classe social ou categoria profissional que a integra, têm um potencial de explicação da realidade reducionista e, portanto, equivocado. As experiências de organização política e de condições de trabalho que a categoria docente vivencia são diversificadas, sem atingir um patamar homogêneo de consciência. Afirmar, portanto, que os professores situam-se na classe média, cujo pertencimento deriva uma postura meritocrática e reacionária é negar o processo histórico de formação destes trabalhadores e sua experiência na luta de classes, reificando-os sob a lógica de uma teoria estática. Por isso, debatemos com algumas posições do estruturalismo marxista com o objetivo de afirmar que a definição de classe desta categoria deve ser muito cautelosa e respaldada por uma análise de dados concretos e da sua construção histórica.

Partindo desta hipótese, acreditamos que a consciência dos trabalhadores -de diversos setores, em particular dos professores- da exploração promovida pelo capital, não impõe, necessariamente, as mesmas proposições de superação desta condição. Portanto, mesmo que a categoria docente já tenha se construído enquanto classe, pois assim se organiza e se reconhece, não é possível tornar homogênea sua forma de ação política. Tal ação será resultante das experiências vivenciadas pelos professores na organização de suas entidades políticas, bem como de sua

inserção na luta travada diariamente pelo conjunto da classe trabalhadora contra seus antagonistas.

Se não é possível afirmar que todos os professores – nas suas diferentes relações de venda de força de trabalho e atuação em níveis diversificados da educação - integram a classe trabalhadora, parece-nos, que um grande número de professores, em particular da Educação Básica, na tensão da luta de classes, tem-se encarnado trabalhador, com todos os dilemas, limites e possibilidades que esta condição carrega.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARROYO, Miguel G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? **Educação & Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo: CEDES/Cortez/Autores Associados, vol. II, nº 5, 1980.

BOITO Jr, Armando. Classe média e sindicalismo. **Primeira Versão**. Campinas: IFCH-UNICAMP, nº 1/2/3, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, nº 4, 1991.

FANTINATTI, Márcia. **O movimento docente na universidade pública**: contribuição ao estudo do perfil e da ideologia do sindicalismo de classe média. Campinas, SP: Alínea, 2001.

HYPOLITO, Álvaro. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para

análise. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n° 4, 1991.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (6ª ed.). São Paulo: Hucitec, 1987.

_____ Manifesto do Partido Comunista. In: Reis, Daniel Aarão (org.). **Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalhadores em educação e crise na universidade**. Ensino público e algumas falas sobre universidade. (4ª ed.). São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SILVEIRA, Marta Lima Moraes. **Entre Gregos e Troianos**. As relações entre o SEPE/RJ e a categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado em educação)

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1.

_____. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (2ªed.) Campinas: Editora Unicamp, 2007.

TRÓPIA, Patrícia. A inserção de classe dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média. In: **ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social**. Anais da 30º Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 1995